

**CI-CPRI**



## **Brasil e o novo governo de Jair Bolsonaro**

### *Análise Geopolítica e Geoeconómica*

#### **I. Bolsonaro e a nova vaga de alinhamento à direita**

Há uma vaga anti sistémica de alinhamento à direita em países como a Grã-Bretanha (Brexit, junho de 2016), os EUA (eleição de Donald Trump, novembro de 2016) e agora o Brasil (eleição de Jair Bolsonaro, outubro 2018). Mas a Argentina de Mauricio Macri (eleito em 2015) e o Chile de Sebastián Piñera (eleito em 2017) também estão perfilados à direita, ao mesmo tempo que liderados por homens de negócios como Trump. Há aqui uma tendência a desenhar-se.

Quem vota à direita quer sobretudo segurança; desconfia da Democracia como Cícero temia a força da turba; queixa-se do crime e da corrupção, da falta de justiça, por se sentir ameaçado em casa, na rua e no trabalho. Portanto, enquanto a população sentir medo (a emoção mais básica do ser humano) a elite (sobretudo de esquerda) prega no deserto a favor da liberdade. Estes eleitores não querem dar liberdade aos bandidos e criminosos, nem a grupos que se comportam de forma contrária aos seus costumes.

Sem *rule of law*, o estado de direito democrático falha, e o povo tende a escolher líderes que prometam acabar com a violência e a instabilidade; ou garantam melhor nível de vida com menos impostos ou mais oportunidades de negócio, movidos pela vontade de desenrascar-se num sistema mais livre do Estado e de clientelas espúrias (corrupção).

Bolsonaro parece ser contra a integração dos povos da América Latina e favorável a uma relação estreita com os EUA, com base numa diplomacia económica não ideológica e favorável ao livre comércio.

Mas a sua postura não é neutra. Por exemplo, uma aproximação a Israel (apoiada pelo lobby evangélico) pode pôr em causa relações comerciais com países de maioria muçulmana (no caso das exportações de carne, por exemplo).

Por outro lado, Bolsonaro defende o realismo político. Ora Brasil e EUA são rivais naturais, pelo simples facto de serem dominantes nas suas regiões estratégicas – respetivamente a sul e a norte do continente americano. Afinidades ideológicas podem incentivar transações comerciais bilaterais e até visitas de parte a parte, mas não dirimem desconfianças históricas em relação às intenções do outro; e tensões decorrem de padrões culturais e sociais diferentes, de visões divergentes em relação ao futuro. Os EUA advogam-se líderes do comércio livre, mas são, em muitas circunstâncias, um mercado

protecionista (sobretudo ao nível da burocracia e das *não barreiras* ao comércio) e esta tendência não começou com Donald Trump, apenas se tornou mais evidente após a sua eleição. Por outro lado, os EUA são liberais (matriz anglo-saxónica, sociedade horizontal) e o Brasil é conservador (de maioria católica e, portanto, de matriz latina, sociedade vertical). O facto de serem ambas federações de Estados e de conferirem poder crescente aos evangélicos são alguns dos pontos que têm atualmente em comum.

O mesmo raciocínio se pode aplicar à relação entre Brasil e Argentina, com a agravante de competirem na mesma região estratégica, pelo que tenderão a ver-se como alternativa um ao outro. O Brasil de Bolsonaro não encara a Mercosul como prioritária, pelo menos numa primeira fase. O que não significa que países associados ao Mercosul não sejam vistos como aliados nesta luta de poder, como é o caso do Chile.

Bolsonaro parece querer aproximar-se de Trump como quem foge à influência de alguns países vizinhos. Mas não vai conseguir ir longe, pois está no meio da tempestade. A América Latina tenderá a bipolarizar-se nos próximos anos, com populistas de esquerda (Evo Morales na Bolívia e Nicolás Maduro na Venezuela são disso exemplos) de um lado e populistas de direita (entre os quais Bolsonaro) por outro, em especial se a população continuar descontente e disposta a votar em extremos ou em ilusões de ótica. Este tipo de decisões tem naturalmente repercussões no mercado, agitando-o ao sabor das ondas de contestação social e política.

## II. Relações Brasil-China

Após o período áureo do idealismo político nas relações internacionais, a apostar em organizações internacionais, em blocos regionais e no multilateralismo, a *realpolitik* está de volta em força.

Continuarão a realizar-se reuniões do G20 e a ONU não será colocada de parte, mas os grandes países ou economias (em tamanho ou influência) estão cada vez mais a apostar em relações bilaterais (inclusive económicas). A não ser que a vaga mude, por alguma razão especial, a China vai continuar a negociar diretamente com o Brasil e vice-versa. Bolsonaro é um populista que gosta de se queixar da China. Mas esta é pragmática e pouco se importa com quem estabelece contacto, desde que o negócio seja proveitoso.

A China tem apostado em *soft power* e em diplomacia económica. O objetivo é convencer os aliados que o seu interesse não é geopolítico mas geoeconómico, com o argumento que nenhum país cresce sozinho e que, promovendo o bem-estar geral, todos ganham com isso. Resta saber se a China, ao contrário da Rússia nas rotas energéticas, não vai abusar do poder que disporá quando terminar o processo de industrialização e o projeto das novas rotas da seda, e todos aqueles países ficarem verdadeiramente na sua dependência (mais do que até agora). Por agora, mantém a cautela, porque a economia abrandou e o país tem elevada dívida pública e precisa importar muitos dos recursos naturais que a sua industrialização exige.

A China ocupava o primeiro lugar no ranking das importações e das exportações do Brasil (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, janeiro/setembro de

2018). Portanto, a questão depende mais da China do que do Brasil, mesmo que Bolsonaro discorde de forma abrasiva contra este parceiro comercial.

O Brasil precisa de investimento externo e de exportar, pelo que, enquanto a China tiver capacidade aquisitiva, a situação não mudará de forma significativa. Bolsonaro queixou-se que a China está a comprar o Brasil. Não é caso único. Angola, por exemplo, está praticamente colonizada pela China, mas bastou o país entrar em recessão para o novo governo negociar outra vez e em força com o dragão asiático.

### **III. Recursos Naturais, Exportações e Investimento**

O Brasil é um país rico em recursos naturais, que tem sido mal gerido e mal governado. Há décadas que a distribuição da riqueza é ineficiente e delega dívida soberana para as gerações futuras.

Ao não apostar na diversificação da produção e da carteira de investimentos, ou dos países de destino das exportações, o Brasil continua vulnerável a choques externos. O que é especialmente grave num contexto de elevado risco geopolítico.

Por outro lado, a produção e a capacidade exportadora são muito diferentes entre estados na Federação brasileira. São Paulo lidera, muito à frente de Rio de Janeiro, com Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso de seguida (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, janeiro/setembro de 2018). Portanto, não é apenas uma questão de concentração na produção de certos bens, é também um problema de assimetria regional e industrial no seio de um país politicamente polarizado, sem fé nas suas instituições (sobretudo ligadas à justiça) e instável socialmente, por causa da violência, da falta de emprego ou de condições de vida de uma parte significativa da população.

Os principais destinos das exportações brasileiras são a China, os EUA e a Argentina. Um choque num destes três mercados, ou más relações bilaterais entre estes países, tem obviamente repercussões muito negativas sobre o Brasil.

Talvez Paulo Guedes, que assumirá o Ministério das Finanças e da Economia, defenda políticas económicas que enfim apostem na diversificação da economia e na escolha de outros mercados para exportação. Por agora, este economista defende privatizações e um Estado mínimo com reforma do sistema de providência, redução da dívida pública e do défice orçamental, com abertura comercial e redução da carga tributária para tornar a economia mais competitiva. Vamos ver até que ponto vai implementar as suas políticas liberais; ou se as suas intenções ficam no papel face às pressões externas de outros países ou internas dos lóbis de Brasília.

#### **IV. Relações Portugal/Brasil e CPLP**

A relação entre Portugal e o Brasil depende da vontade política dos seus líderes, da dinâmica do mercado bilateral e da mobilidade dos fluxos populacionais entre os dois países. O império acabou. Apesar dos mal-entendidos gerados entre antiga metrópole e ex-colónia, das dificuldades daí decorrentes e da verborreia de certos discursos, a ligação mantém-se significativa, num período em que a diáspora brasileira está a aumentar outra vez em Portugal. É uma questão cultural, que alguns consideram do tipo familiar.

De facto, enquanto houver uma grande comunidade portuguesa no Brasil e brasileira em Portugal, as relações diplomáticas vão manter-se, seja de que maneira for, também no quadro da CPLP.

Dito isto, a CPLP é uma ilusão que alimenta a ideia de uma lusofonia (cuja designação muitos contestam) multicultural que traz algumas vantagens comerciais e diplomáticas, ao nível da cooperação técnica e da língua comum salvaguardada por um acordo ortográfico que nem todos aplicam. Os seus Estados-membros ainda nem conseguiram que a ONU adotasse o Português como língua de trabalho, apesar da força dos números à escala mundial (mais de 250 milhões de falantes oficialmente em quatro continentes, para além das diásporas e da presença na internet). Portanto, a CPLP é muita retórica e diplomacia *cocktail*.

Portugal, se aderir ao projeto de federação europeia que parece desenhar-se num horizonte pós-Brexit (sobretudo se a rutura britânica se fizer sem acordo), perderá margem de manobra para relações privilegiadas seja com quem for. Angola parece ter-se adiantado à ideia de ameaçar Portugal com sanções económicas (no caso de Manuel Vicente) como quem não tem medo das repercussões; ou de piscar o olho à Commonwealth e à Francofonia como alternativas à Lusofonia. O Brasil, do outro lado do Atlântico, continua a negociar diretamente com Bruxelas negligenciando Portugal por considerar que não precisa do nosso país para atingir os seus objetivos (ao contrário da relação triangular que, em tempos, parecia ser proveitosa). Resta saber se esta postura do Brasil e de Angola não se vira um dia contra eles. É que Portugal tem sido um aliado capaz de perdoar tudo (por culpa histórica) nas últimas quatro décadas, desde a Revolução do 25 de abril de 1974, sem deixar de investir e de apoiar o desenvolvimento destes países que se arriscam a serem manipulados ou dominados por Estados que podem descurar os interesses ou o bem-estar das populações lusófonas.

#### **V. Relações Hemisféricas Sul-Sul**

Tudo depende do quadro geoeconómico que se avizinha. Admitindo que o capital se concentra no hemisfério sul e ganha fôlego em países como o Brasil, Angola, África do Sul e Índia, é possível. Mas alguns destes Estados estão a perder liquidez, outros estão expostos a risco geopolítico considerável, nem que seja por terem vizinhos instáveis. Outros ainda têm dívidas soberanas elevadas ou estão dependentes do exterior. Portanto, o grau de incerteza em relação ao futuro é considerável.

No período pós-crise de 2008, os BRICS surpreenderam ao dar cartadas no G20 e no xadrez internacional. Mas se a crise internacional voltar a desenhar-se, como parece ser previsível, mais cedo ou mais tarde, não é garantido que os países fortes voltem a ser os BRICS.

A tendência parece ser outra vez a favor do comércio Norte-Sul. Até hoje, o eixo Sul-Sul não se afirmou duradouramente e, pelos vistos, terá dificuldade em fazê-lo num futuro próximo.